

Workshop: **Fontes textuais e fontes orais**



Os historiadores ocidentais – acostumados e formados para trabalhar com fontes escritas – foram profundamente impactados pela historiografia africana, responsável pelo reconhecimento das fontes orais como matéria imprescindível para as pesquisas sobre a história dos africanos, na África ou na diáspora. Esse workshop reúne experiências que abordam diversos procedimentos para o cruzamento de fontes textuais e verbais, e para a análise de narrativas impressas em jornais e livros ou coletadas em entrevistas.

Coordenação: *Lucilene Reginaldo, UNICAMP*

Andrea Mendes, UNICAMP - “Tupinambá quando vem da aldeia traz na cinta uma cobra coral”. Caboclos, índios e ancestrais na festa cívica do Dois de Julho (1823)

Na transição do século XIX para o XX, os terreiros de candomblé na cidade de Salvador se consolidaram a partir da experiência de africanos e seus descendentes no Novo Mundo e, tal como em suas terras de origem, a oralidade foi um dos principais meios de transmissão de cultura e conhecimento dentro desses grupos. Com o candomblé se construía, naquele momento, uma sólida base de sustentação sociocultural que não se limitava a apoiar um sistema de crenças, mas também uma comunidade que permitia aos seus membros um estilo de vida completamente impregnado de forças civilizatórias negro-africanas.

Desde o seu surgimento, a historiografia africanista foi profundamente marcada por um caráter interdisciplinar, o que resultou em uma importante renovação no uso de fontes e métodos utilizados no fazer historiográfico. As sociedades africanas e diaspóricas de modo geral têm na oralidade um dos meios principais de transmissão de cultura e conhecimento e, por esse motivo, parece razoável pensar que o historiador deva se ocupar da busca de outras fontes para investigar as experiências vividas por esses grupos. Dentre essas fontes de natureza distinta daquelas usualmente analisadas por historiadores, a cultura material, danças, provérbios e canções constituem um cabedal de fontes ainda pouco exploradas na historiografia. Embora esses repositórios tenham sido explorados mais frequentemente por pesquisadores das diversas disciplinas das ciências humanas que se ocupam do presente, essas fontes muitas vezes têm a propriedade de carregar em si os modos de pensar e agir ao longo do tempo, como se fossem “cápsulas de memória” sobre a experiência de africanos na diáspora.

Escolhi analisar aqui a figura da entidade denominada “caboclo”, espírito cultuado nos terreiros de candomblé e que também se tornou símbolo da Independência da Bahia desde o século XIX. A partir de suas representações, ora na festa cívica, ora no contexto religioso, busco analisar alguns conjuntos de significados originados nas matrizes culturais centro-africanas, presentes nos chamados “pontos cantados”, que são versos de louvor e desafio vinculados ao culto dos caboclos na Bahia.

Maíra Cavalcanti Vale, UNICAMP - Dando conta do passado, pendências com ancestrais na África do Sul pós-apartheid

A proposta de trabalho para este seminário será pautada em pesquisa realizada para a realização da dissertação de mestrado defendida pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Unicamp em 2013. Pretendo a partir da experiência de campo de três meses com mulheres falantes de isiZulu e moradoras da zona rural de KwaZulu-Natal, na África do Sul, refletir acerca do regime do *apartheid* através das histórias que essas mulheres me contaram ao longo do período em que estive em suas casas.

A intenção é trazer as narrativas sobre ancestralidade como um dos principais pontos afetados pela política segregacionista naquele país, que perdurou oficialmente de 1948 a 1994, cujas leis segregacionistas, no entanto, datam do início do século XX. Diante das restrições legais instituídas aos não-brancos por tal governo, muitas pendências rituais destinadas às pessoas que morreram longe de suas casas não puderam ser feitas. Na temporalidade da ancestralidade, no entanto, o que ficou, retorna ao presente em formas de desavenças pelas quais as pessoas estão passando. Dessa forma, os vivos têm que retornar sempre ao passado e agir como se fossem agentes do seu presente, completando o que passa a ser visto como fraturado por uma ausência. Por conta da falta de mobilidade, tais pendências não puderam ser resolvidas no tempo ocorrido, mas não deixaram de ser importantes. Ao acompanhar alguns rituais e encontros de grupos de mulheres que juntam dinheiro para este fim, pude perceber a importância de certas movimentações e a transformação de algo cosmológico em político.

Helena Wakim Moreno, USP - Voz d'Angola clamando no deserto: escrita e contestação ao colonialismo português na região de Luanda (1881-1901)

Este trabalho analisa *Voz d'Angola clamando no deserto – oferecida aos amigos da verdade pelos naturais* (1901), obra coletiva e anônima composta por onze artigos e publicada por “filhos do país” que viviam em Luanda e no interior próximo. Grupo de fronteira, produto dos encontros entre os Mbundu e os portugueses, os “filhos do país” atuavam como traficantes de escravos desde o século XVII. Após a proibição do tráfico, conseguiram colocações em postos intermediários e baixos da administração colonial por serem letrados, e principalmente porque o governo português carecia de funcionários. A partir da década de 1880, pressionado pelas disputas territoriais na África com outros países europeus, Portugal passou a incentivar a imigração portuguesa para Angola, tendo como uma das consequências o gradual alijamento dos “filhos do país” dos cargos no governo. Nesta mesma época, surgiram os primeiros periódicos dirigidos por “filhos do país” em Luanda, cujas páginas traziam protestos contra a sua situação, críticas ao governo e embates com os colonos portugueses. Neste cenário de confronto, é publicada *Voz d'Angola clamando no deserto*, tida como expressão máxima dessa geração de “filhos do país”. Amparado em fontes documentais e através da interpretação dos artigos que compõe a obra, este estudo procura demonstrar como é feita uma dura crítica às situações de opressão a que os africanos eram submetidos devido à presença colonial portuguesa, trazendo avanços quando comparada a outras publicações dos “filhos do país”, mas também limitações de sua época.

Raquel G. A. Gomes, UNICAMP - África do Sul, nação mulher: gênero e narrativa em “Mhudi”, de Sol Plaatje (1930)

Em 1930 Sol Plaatje, político, jornalista e literato sul-africano, publicava pela primeira vez o romance histórico “Mhudi: An Epic of South African Native Life a Hundred Years Ago”, ainda permeado por seu mais conhecido trabalho, “Native Life in South Africa”, publicado na década de 1910. No cerne das duas narrativas manifestava-se a preocupação de Plaatje com a intensificação das políticas segregacionistas que buscavam limitar o acesso dos nativos sul-africanos ao recém instituído estado nacional. Rotulado por críticos da obra de Plaatje como “uma fábula moral” e até mesmo “um modelo (literário) para o futuro” (Couzens, 1987), “Mhudi” permanece como o enredo da África do Sul que Plaatje imaginara cenário de tensões sociais atenuadas pela convivência harmoniosa entre nativos, ingleses e bôeres – harmonia esta que se construíra, na narrativa imaginada pelo autor, justamente a partir daquele que é reivindicado como um dos principais eventos da história sul-africana: o *Great Trek* de 1835-1836.

“Mhudi” foi também o título responsável por consolidar o pioneirismo de Plaatje em diversos aspectos da história sul-africana: primeiro sul-africano a publicar em inglês, o autor é visto também como um dos pais da literatura negra que surgia no início do século XX. A personagem principal desta narrativa tão emblemática da composição do estado nação desejado por um dos principais líderes políticos da resistência africana é justamente um Mhudi: mulher, africana de origem Barolong. É Mhudi que, no desenrolar da narrativa, é obrigada a abandonar as terras de sua ancestralidade e a vida como conhecia. Na jornada em busca de um novo espaço para se estabelecer, Mhudi constrói uma personalidade marcada pela resiliência e independência – é chamada de “o berço de sua raça” e torna possível um novo começo para seu povo. Em um momento em que milhões de africanos eram diretamente afetados por leis como o Natives Land Act de 1913, que destinava à população africana da União uma parcela de terras correspondente a 7% do território nacional, Plaatje criava, na literatura, cenários possíveis de resistência e sobrevivência para aqueles que se viam subitamente privados de um dos referenciais primeiros da cultura africana: a terra.

Sol Plaatje concentra o poder de sua narrativa na figura que, na África do Sul das primeiras décadas do século XX, era aquela que mais facilmente poderia ser imaginada sem voz no cenário político social: uma mulher negra. Outras figuras de poder da narrativa também são mulheres: a rainha Ummandi dos Ndebele e jovem bôer Annetje. Há também personagens masculinos fortes em “Mhudi” – o herói Ra-Thaga, companheiro de Mhudi, o rei Mzilikazi, o bôer Phil Jay. Estes, no entanto, têm seu poder na narrativa consolidado majoritariamente a partir de suas relações com mulheres.

Sabe-se que boa parte da obra política e literária de Plaatje foi influenciada por aquela da literata e feminista Olive Schreiner – uma das pioneiras a pensar a construção do estado nacional sul-africano nas décadas finais do século XIX. Schreiner destacava constantemente em seus escritos a importância da mulher na construção da nacionalidade sul-africana – e, em especial, a importância da mulher bôer, a quem a autora considerava o exemplo de retidão moral necessário para a consolidação do estado nacional. Era também a mulher que daria origem a um novo homem – a uma nova *humanidade* – naquele extremo sul do continente africano: o tempo traria a inevitável união entre ingleses e bôeres, consolidando a existência dos sul-africanos brancos da nação desejada. Resta perguntar, contudo, qual o espaço dos africanos neste cenário de construção de identidades políticas e nacionais. O romance histórico “Mhudi” pode, nesse sentido, ser compreendido também como uma primeira tentativa de inserir o nativo africano nas narrativas que construíram a ideia de nação sul-africana entre os séculos XIX e XX – e não como um capítulo à parte nas relações estabelecidas entre os grupos brancos, mas como um agente fundamental e inevitável.

Muryatan Santana Barbosa, UFABC - Guerra colonial e tortura: uma leitura fanoniana do livro “*Tortura na colônia de Moçambique*(1963-1974)”

Esta comunicação visa apresentar uma leitura analítica do livro “*Tortura na colônia de Moçambique* (1963-1974)”, publicado em 1977 pela editora Afrontamento (Portugal). O conteúdo deste livro são dezenas de depoimentos de presos políticos moçambicanos recolhidos durante o período citado, que é o momento crucial da guerra colonial contra o movimento de independência nacional, liderado pela FRELIMO. Para fundamentar esta análise, busca-se retomar a interpretação fanoniana da tortura como elemento central de um processo multifacetado de desumanização do povo colonial, que seria próprio do colonialismo europeu-moderno, de caráter racista. Neste sentido, longe de ser uma exceção, que se justificaria pela luta anti-guerrilheira e anti-independentista, a tortura colonial seria apenas o ápice de uma estratégia maior de controle social, baseada na violência e no terror, entendido como uma possibilidade efetiva de aniquilamento. Na análise do livro, mostrara-se-á como tal interpretação pode ajudar a explicar certas características comuns dos processos de tortura ali descritos. Em particular, o fato de que muitas destas, conforme dito pelos depoentes, estarem mais voltadas para a simples perpetração da violência, do que para a recolha de informações úteis às ações anti-guerrilheiras em Moçambique.